

Ata da Câmara Setorial de Aves e Ovos

Data: 28/09/2009 – 10:00

Local: APA- Associação Paulista de Avicultura - Rua Belchior de Azevedo, 150 Vila Leopoldina – São Paulo – SP tel: (11)3832-1422

Presentes:

Aderbal Antonio dos Santos (MARFRIG), Antonio Carlos Vedovato (FRICOCK), Arnaldo José Peralini (SINCAL), Carlos K. Ikeda (Sindicato Rural de Bastos), Daniela Becker Birgel (CODEAGRO/SAA), Domingos Pignatazi Junior (Frango Rico), Edson José de Oliveira (ITABOM), Eduardo K. Ino (Granja Ino), Emerson Montico (Paulista Alimentos), Érico Pozzer (presidente da Câmara Setorial de Aves e Ovos), Fabio Grandizoli (Frango Nutribem Ltda), Hideki Ito (Satoshi Ito e outros), Jainel Buzzo Neves (Matadouro Avícola Flamboiã), James S. Nakanishi (Gransete), José Carlos Teixeira da Silva (APA), José Luiz Daroz (Rigor Alimentos Ltda), José Roberto Bottura (APA), Luiz Egisto del Pietro (Kaefer Agroindustrial – Ltda), Marcio Nihei (Granja Kunitomo Ltda), Marcus Vinicius Salomon (CATI/SAA), Nelson Staudt (CODEAGRO/SAA), Nivaldo José de Souza (ITABOM), Pedro Scaggion (Frangoeste), Renato Glaessel (ITABOM), Sérgio Quinta (Ondatec – Tecnologia industrial em microondas), Sonia M. Martins Vitagliano (APA convênio Secretaria da Agricultura/ Méd. Vet. PNSA-SP), Tabatha S. Rosini Lacerda (UBA-União Brasileira de Avicultura)

Pauta da Reunião :

- 1 - Abertura;
- 2 - Adequação da linha de financiamento do FEAP;
- 3 - Regime especial de tributação do ICMS;
- 4 - Certificação de ovos (selo do ovo paulista);
- 5 - Outros assuntos;
- 6 - Encerramento.

Tópicos Discutidos:

Abertura:

A reunião é iniciada pelas boas vindas do Sr. Érico Pozzer – presidente da Câmara Setorial de Aves e Ovos, agradecendo a presença de todos e ressaltando a preocupação da Secretaria da Agricultura e Abastecimento em ajudar o setor.

O Sr. Nelson Staudt, secretário geral das Câmaras Setoriais da CODEAGRO/SAA, saudou a todos e comentou que muitas vezes o resultado das reuniões das câmaras não é imediato e ressaltou a importância do setor estar reunido, buscando formas para resolução dos problemas. As solicitações do setor devem ser documentadas e protocoladas em nome da Câmara de Aves e Ovos, desta forma tornam-se mais representativas.

O Sr. Nelson Staudt ressaltou o sucesso de alguns pleitos feitos pela Câmara do Leite e Derivados, de tal forma que hoje o preço do litro de leite que o produtor de São Paulo recebe é o maior do Brasil. Esse fato foi fruto de árduo trabalho da Câmara do Leite pelo período de quatro anos.

Adequação da linha de financiamento do FEAP:

O Sr. Nelson Staudt informou que serão incluídos na linha de financiamento do FEAP equipamentos e estruturas de produção animal para adequação à IN 56. Desta forma foram definidos novos valores para o FEAP- Projeto Avicultura de Corte, assim, a renda bruta dos beneficiários será de até R\$ 400.000,00 e o teto do financiamento será de até R\$ 100.000,00 por produtor. Anteriormente, a renda bruta anual do beneficiário para pleitear o financiamento era de até R\$ 185.000,00 e o teto do financiamento de até R\$ 30.000,00 por produtor.

O Sr. José Roberto Bottura, da APA, sugeriu a inclusão da avicultura de postura no FEAP e o aumento do teto de financiamento para R\$ 2.000.000,00. Salientando que para avicultura de postura o faturamento bruto necessário para o FEAP deve ser maior, sendo que proprietários que tem no plantel 100.000 galinhas são considerados pequenos produtores.

O Sr. Érico Pozzer afirmou que deve ser criada uma linha especial para galinhas poedeiras.

O Sr. José Roberto Bottura sugeriu que a garantia do pagamento do empréstimo do FEAP seja o que o produtor rural recebeu, e não a propriedade, mas o Sr. Érico Pozzer comentou que isso é um procedimento do banco, algo difícil de ser modificado.

Para o Sr. Érico Pozzer a linha de financiamento do FEAP para avicultura de corte se adequou perfeitamente às necessidades do produtor rural.

Regime especial de tributação do ICMS

RELATIVO AO DECRETO Nº 54.643, DE 5 DE AGOSTO DE 2009

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS e revoga o Decreto 51.625, de 28-02-07, que institui regime especial de tributação do ICMS para contribuintes que realizarem operações com carne e produtos resultantes do abate em frigorífico paulista

O Sr. Érico Pozzer informou que o governador do Estado de São Paulo isentou o ICMS, a partir de 1º de setembro de 2009, da saída interna de carne e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes do abate de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suíno; mas aplica 7% de imposto sobre operações interestaduais, sendo que este imposto não era aplicado na avicultura. Desta forma, protocolou manifesto do setor na Secretaria da Fazenda para retornar a isenção do ICMS em operações interestaduais.

O Sr. Nelson Staudt ressaltou que os pedidos do setor são mais facilmente atendidos quando são levados via Câmara Setorial.

O Sr. José Roberto Bottura comentou sobre a desobrigação da nota fiscal de entrada no Estado de Minas Gerais. O Sr. Érico Pozzer disse que vai estudar melhor o assunto para avaliar se é interessante para o setor.

O Sr. Nelson Staudt sugeriu a formação de um grupo de trabalho para estudar o assunto desobrigação da Nota Fiscal de entrada no Estado de Minas Gerais.

O Sr. Carlos Ikeda, Sindicato de Bastos, argumentou que a fiscalização em São Paulo não deveria exigir a nota fiscal de entrada do produto já que alguns Estados deixaram de exigí-la. Comentando, também, que o lançamento do produto deveria ser pela nota do produtor.

O Sr. Nelson Staudt sugeriu a participação da FAESP dentro do grupo de trabalho, como ocorreu na questão do ICMS do leite e pede para algum integrante da Câmara escrever texto sobre a resolução de Minas Gerais, para, desta forma, abrir um processo e encaminhar para a Secretaria da Fazenda.

O Sr. Érico Pozzer informa que pedirá para alguém escrever este texto. O Sr. Carlos Ikeda comunicou que o Sindicato Rural de Bastos está à disposição para qualquer esclarecimento.

Certificação de Ovos "Produto de São Paulo"

O Sr. Nelson Staudt explicou que as normas para aquisição do selo do produto paulista são decididas por um grupo formado por técnicos, representantes da Secretaria, representantes dos produtores rurais e das Universidades.

O Sr. José Roberto Bottura informou que grande parte do ovo é vendida a granel e supõe que a certificadora possa cobrar caro e não compensar para o setor.

O Sr. Érico Pozzer acredita que o selo pode ser interessante para a comercialização dos ovos. O Sr. Néelson consente com essa afirmação e afirma que o Carrefour compra suínos com o selo “ Produto São Paulo” .

Outros Assuntos

O Sr. Arnaldo José Perialini, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Carvão Vegetal e Lenha no Estado de São Paulo, comentou que o carvão vegetal também teria um selo que por meio de uma lei será obrigatório para comercialização do carvão.

O Sr. Arnaldo José Perialini apresentou o Sr. Sérgio Quinta, diretor da Ondatec, tecnologia industrial em microondas, de Uberaba – MG, que apresentou equipamento desenvolvido para a produção de carvão, mas que pode ser utilizado na esterilização de cama de frango.

O Sr. Sérgio Quinta ressaltou que a cama de frango esterilizada poderá ser oferecida para a alimentação animal. A platéia se manifestou dizendo que é proibido o fornecimento de cama de frango na alimentação animal.

O Sr. José Roberto Bottura sugeriu que trabalhos científicos fossem realizados para comprovar a inocuidade da cama de frango e a quantidade de nutrientes que permaneceriam na ração. Além disso, o processo não deve ser de alto custo.

O Sr. Sérgio Quinta ressaltou que não está vendendo equipamento, mas sim mostrando algumas possibilidades que esse equipamento fabricado para carvão poderia ter.

O Sr. Érico Pozzer sugeriu que esse equipamento também pudesse ser utilizado em abatedouros, na produção de graxaria.

O Sr. Carlos Ikeda sugeriu o uso em Fábricas de Ração.

O Sr. Nelson Staudt informou que enviará o e-mail do Sr. Sérgio Quinta para todos que estavam presentes na reunião.

Outros Assuntos

O Sr. José Carlos Teixeira comentou que necessita de ajuda sobre a exigência de licença ambiental na Cetesb, de acordo com a IN 56. A avicultura é considerada, pela CETESB, atividade de baixo impacto ambiental, contribuindo para demora das licenças.

O Sr. Eduardo K. Ino comentou que muitos órgãos pedem documentação e tudo se atrasa pela burocracia. A desburocratização é fundamental para o desenvolvimento das atividades.

O Sr. Érico Pozzer concordou com a necessária desburocratização e confirmou a problemática de conseguir licença ambiental emitida pela CETESB.

Encerramento

O Sr. Érico Pozzer perguntou se existiam mais assuntos para serem discutidos. Não havendo nenhuma manifestação da platéia, o Sr. Érico agradeceu a presença de todos e a reunião foi encerrada.

Como mais nada foi tratado, deu-se por encerrados os trabalhos às 12h 00. Eu, Daniela Becker Birgel, lavrei e assino a presente ata.

ÉRICO POZER
Presidente
Câmara Setorial de Aves e Ovos

DANIELA BECKER BIRGEL
Secretária Executiva
Câmara Setorial de Aves e Ovos